

POLÍTICAS ATUAIS, TRANSFORMAÇÃO SOCIAL E A PERSEGUIÇÃO A PAULO FREIRE

POR LISETE REGINA GOMES ARELARO ¹
CAMILA GOMES ARELARO CAETANO ²

RESUMO

Desde o golpe jurídico-midiático-legislativo que se implantou no Brasil, o movimento conservador que vem atuando no país tem se empenhado em impor a desmobilização da população na luta pelos seus direitos sociais. No processo de conscientização freireana, o compromisso com a transformação social se efetiva quando os contextos sociais das pessoas são considerados no processo de formação e onde uma nova visão de mundo é estimulada a partir dos parâmetros da educação crítico-emancipatória. Este artigo trata das razões pelas quais as políticas atuais pretendem calar os movimentos sociais. No entanto, as pessoas, onde quer que atuem, são sujeitos históricos e podem se organizar e se rebelar propondo diferentes caminhos para a vida, o trabalho e a escola. Essa é a razão pela qual esse movimento reacionário vem tentando macular as teorias de Paulo Freire.

PALAVRAS-CHAVE

Paulo Freire; Políticas atuais; Transformação social

ABSTRACT

Since the legal-media-legislative coup that has been implemented in Brazil, the conservative movement that has been acting in the country has been working to impose demobilization of the population in the struggle for their social rights. In the process of Paulo Freire's conscientization, the commitment to social transformation takes effect when people's social contexts are considered in the formation process and where a new worldview is stimulated from the parameters of critical-emancipatory education. This article addresses the reasons why current policies aim to silence social movements. However, people, wherever they operate, are historical subjects and can organize and rebel by proposing different paths to life, work and school. This is the reason why this reactionary movement has been trying to tarnish Paulo Freire's theories.

KEYWORDS

Paulo Freire; Current policies; Social transformation.

¹ Lisete Regina Gomes Arelaro é Pedagoga e Doutora em Educação. Foi professora e diretora de escola nos ensinos fundamental e médio. Fez parte da equipe do Prof. Paulo Freire na Secretaria Municipal de Educação de São Paulo (1989/1992) e foi Secretária de Educação, Cultura, Esporte e Lazer em Diadema/SP (1993/1996 e 2001/2002), Diretora da Faculdade de Educação da USP (2010/2014), Presidente do Fórum Nacional de Faculdades e Centros de Educação Públicos (FORUMDIR - 2012/2014) e presidente da Associação Nacional de Pesquisa em Financiamento da Educação (FINEDUCA - 2015/2017). Atualmente é Professora Titular Sênior da Faculdade de Educação da USP, e pesquisadora na área de Política Educacional, Planejamento e Avaliação Educacional, Financiamento da Educação Básica e Educação Popular. Contato = liselaro@usp.br

² Camila Gomes Arelaro Caetano Doutoranda no Programa Educação: Currículo, na Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), Mestre em Educação pela PUC-SP (2015). Graduada em Comunicação Social: Publicidade, Propaganda e Marketing pela Universidade Presbiteriana Mackenzie (2000) e em Artes Cênicas (2004 - TECH). Tem experiência na área de Educação e Arte, com ênfase em formação de professores, coordenadores pedagógicos e gestão escolar. Consultora e formadora na área de educação infantil e arte educação. Bolsista CNPq.

Considerações iniciais

Desde o impeachment da presidenta Dilma Roussef em 2016, o grupo que assumiu o governo tem se pautado por um programa de retirada de direitos sociais da população, bem como por um processo de despolitização das informações, utilizando-se inclusive de *fake news* para defender que os interesses do mercado sejam os que devam ser preservados e implantados no país, mesmo contra o desenvolvimento nacional. Da “Ponte para o futuro” a “Deus acima de todos”, os discursos e objetivos são os mesmos: destituir os pálicos, mas básicos, direitos previstos na Constituição Federal de 1988, quando a suposta vitória sobre a ditadura empresarial-militar provocaria, pela primeira vez, a implantação de um *welfare state* no Brasil.

Mas a elite reacionária não deixou. Assim que as exigências populares foram se robustecendo, a partir dos anos 2013/2014, movimentos democráticos, desconsiderados pelo governo da época, foram subjugados por organizações nacionais e internacionais com interesses estranhos ao desenvolvimento do país e da possibilidade de um novo padrão de distribuição de renda.

Lembremos que o Brasil não é um país pobre, mas um país extremamente desigual, cujas consequências em termos de políticas sociais são desastrosas. Somos a 8ª economia do mundo e o décimo pior país do mundo em termos de desigualdade de renda, conforme o relatório do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD/2016).

Apesar dessa realidade, o governo Temer, assim que tomou o poder – setembro/2016 a dezembro/2018 –, propôs e conseguiu aprovar uma dramática alteração da Constituição Federal, a atual Emenda Constitucional nº 95/2016, que estabeleceu um novo sistema fiscal, congelando por 20 anos os investimentos nas políticas sociais, em especial os das áreas da educação e da saúde. Qualquer economista sabe que essa decisão expressa um retrocesso no desenvolvimento nacional, pois investimentos nas políticas básicas também significam novas opções de atividades produtivas, bem como melhoria da qualidade geral de vida da população.

Mas, como se não bastasse esse equívoco político, em nome de uma pseudo

grave crise econômica, nova legislação trabalhista foi imposta retirando artigos previstos há mais de 80 anos na Consolidação das Leis do Trabalho e estabelecidos por força da luta dos e das trabalhadoras, desde os anos de 1930. Em um dia de votação na Câmara dos Deputados, 100 artigos que estabeleciam algum direito trabalhista foram substituídos por formas escravagistas de trabalho, um verdadeiro processo de “uberização” do regime transformando o registro em Carteira de Trabalho, uma condição excepcional e, não direito de todos. Em 2017 passou a ser “legal”, inclusive, o trabalho de mulheres grávidas em locais insalubres de trabalho, proposta que chegou a ser aprovada e, pela gravidade de suas consequências para as mulheres, retirada em seguida. Lembrando que essa já era uma reivindicação vitoriosa das mulheres no final do século XIX.

Com o extravagante governo Bolsonaro/Mourão, eleito em 2018, o que estava ruim piorou. Vale a pena refletir sobre como, numa democracia, o povo escolheu, pelo voto, um capitão e um general como seus governantes. Nos novos tempos, a intervenção exacerbada de grupos religiosos – que estavam presentes, nas questões de gênero, mas não com a atual sede de poder – agora se faz presente também nas questões que envolvem a diversidade étnica, educacional, religiosa, política e cultural.

A composição dos ministérios e as medidas já tomadas explicitam um projeto de privatização total dos serviços e estatais públicas e subalternização do país aos interesses do mercado, particularmente de forma subordinada com os dos EUA, que depois de 30 anos de democracia haviam se tornado mais equilibrados. Da defesa a tortura à concessão da base de Alcântara/MA, aos incêndios na Amazônia, à venda da EMBRAER, da Petrobrás, do pré-sal, da excessiva boa-vontade com o agronegócio - que tudo pode - e da prisão e matança autorizada de lideranças sociais do campo, em especial dos indígenas, para que não haja reação à autorização de mineração nas suas áreas sagradas, as medidas são todas para prejudicar a população brasileira e inviabilizar o Brasil como nação autônoma. Coroando essas ações, todos e todas que os contrariarem são chamados de “marxistas culturais” e devem ser “eliminados”.

O controle ideológico e sua intenção “pacificadora”

Falar, [...] em democracia e silenciar o povo é uma farsa. Falar em humanismo e negar os homens é uma mentira.

(FREIRE, 2005, p. 94)

Atualmente, há um movimento que se fortalece no Brasil e na América Latina e que se apresenta com o codinome de “Escola sem Partido”, um grupo conservador, racista, homofóbico e elitista e que escolheu Paulo Freire como inimigo principal para seus ataques. Por meio de *site* criado na mídia eletrônica, ataca Paulo Freire e o desqualifica como educador do mundo, uma vez que considera Paulo Freire marxista, superficial, equivocado e comprometido com ideologias sinistras. Esse grupo pretende, inclusive com mudanças na legislação maior da educação – a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) –, introduzir seus princípios reacionários e conservadores. Há, inclusive, Projeto de Lei, no momento arquivado, mas sistematicamente reativado, que propõe:

(...) Art. 2º. A educação nacional atenderá aos seguintes princípios: I - *neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado*; (...)
[grifos nossos]

Durante a tramitação do Plano Nacional de Educação, no ano de 2014, esse grupo conseguiu mobilizar setores religiosos, em especial os neopentecostais e católicos tradicionais, contra a inclusão das questões de gênero e diversidade sexual previstos nos planos educacionais e nos projetos das escolas. Apelidado de “Lei da Mordaza”, vem interferindo nas escolas solicitando que professores sejam punidos – e até demitidos – caso discutam esses temas em salas de aula. Apesar de a Procuradoria Geral da União já ter aprovado Parecer considerando inconstitucionais as medidas propostas, o movimento de intervenção e controle das escolas vem se mantendo e conseguindo estabelecer o medo entre os docentes que temem ser despedidos, num momento em que o país já possui 13 milhões de desempregados e 51% da sua força de trabalho em condição de informalidade, e que conta com um poder judiciário que tem feito interpretações esdrúxulas das leis vigentes, desestimu-

lando inclusive que trabalhadores defendam judicialmente seus direitos. Sabemos que o medo é uma mola propulsora da paralisia social gerando reações amorfas da população, mesmo de grupos sociais atuantes diretamente atingidos por medidas de redução de seus direitos.

Por que Paulo Freire foi o escolhido para ser atacado?

Certamente por sua defesa permanente de que não há educação neutra e que o ato pedagógico é por natureza político e não técnico. É por isso que toda educação expressa o conceito de cidadania que temos e praticamos. Não há crença política e pedagógica sem prática coerente. Para isso, o discurso e a prática devem andar juntos. E esta é outra razão pela qual Paulo Freire incomoda esses grupos: ele era um educador militante, que repetia à exaustão que, “não basta denunciar, tem que anunciar” e isso exige de todo educador e educadora a incorporação da coerência na sua práxis, no seu fazer pedagógico, como condição não só da qualidade de ensino oferecida, mas de transformação social.

Não por acaso, Paulo Freire defendia que “se o aluno não aprendeu, o professor não ensinou”. O que choca também muitos professores, mas isso não significa apontar o educador como culpado da não aprendizagem ou que o insucesso de sua ação seja expressão da sua não dedicação profissional, mas aponta a necessidade permanente da observação e reflexão de sua práxis educacional. Confirma a necessidade de buscar/ pesquisar outras estratégias pedagógicas que permitam a todos os alunos e alunas a aprendizagem e levem sua curiosidade inicial a outro patamar de interesse científico, artístico ou literário.

E como se consegue êxito nisso?

Primeiro, em razão do caráter problematizador e dialógico de sua proposta pedagógica que nos obriga, por coerência, a ouvir/conversar, sistematicamente, com os educandos e trabalhar com eles a sua curiosidade e interesse. Não é outra a razão por que Paulo Freire gostava de chamar a esse processo de “dodiscência”, para enfatizar que não há ação educativa sem a participação ativa do docente e do discente, e é nessa relação que um sempre aprende com o outro, numa relação

de confiança que se constrói por meio do diálogo. É ele que gera a conscientização que transforma. E a razão por que Paulo Freire afirmava que “Ninguém educa ninguém, ninguém educa a si mesmo, os homens se educam entre si mediatizados pelo mundo” (2005, p. 78).

E, em segundo lugar, mas não menos importante, o (re)conhecimento da experiência dos educandos, educadores e seus contextos, o que faz com que todos sejam sujeitos desse processo e suas experiências de vida e trabalho, pontos de partida necessários da prática educativa transformadora. A reflexão coletiva e a problematização do mundo e de seus contextos estimulam a curiosidade epistemológica que provoca cada vez mais a participação e um processo de conscientização.

Essa prática exige do educador e da educadora uma reflexão necessária entre os conteúdos selecionados para o trabalho educativo e a abordagem metodológica utilizada, que não podem ser despidos de sua politicidade nem de sua dimensão pedagógica. Paulo Freire é enfático e incomoda quando afirma:

Estamos convencidos de que o diálogo com as massas populares é uma experiência radical de toda revolução autêntica. Ela é revolução por isto. Dos golpes, seria uma ingenuidade esperar que estabelecessem diálogo com as massas oprimidas. Deles, o que se pode esperar é o engodo para legitimar-se ou a força que reprime. (FREIRE, 2005, p. 145)

Apesar de o ensino fundamental estar praticamente universalizado, temos cerca de 70 milhões de brasileiros que não o concluíram na idade adequada. Daí a importância histórica do professor Paulo Freire em relação à alfabetização de jovens e adultos e a luta para sua priorização nas políticas públicas. Na educação básica, a maioria dos estudantes (mais de 80%) está matriculada em escola pública estatal, mas, no ensino superior, a situação é diferente, pois 75% dos alunos frequentam escolas privadas, contra 25% de atendimento público. Pode-se afirmar que as escolas públicas de nível superior têm melhor qualidade de ensino, em especial em função da existência de jornadas dignas de trabalho que pressupõem atividades de pesquisa, docência e extensão universitária.

Atualmente, o Brasil sofre a invasão de conglomerados educacionais, que têm comprado inúmeras faculdades privadas e escolas de ensino médio, o que fez

da fusão de uma delas, a Kroton-Anhanguera, com ações bastante valorizadas na Bolsa de Valores, não só a maior empresa de educação do Brasil, mas a maior do mundo. Destaque-se que o governo federal subsidiou, em parte, esse crescimento vertiginoso do ensino superior privado por meio de dois programas: o Fundo de Financiamento Estudantil do Ensino Superior (FIES), com o objetivo de financiar as mensalidades de cursos de graduação para estudantes que estivessem regularmente matriculados em instituições privadas de Educação Superior, e o Programa Universidade para Todos (ProUNI), que oferece bolsas de estudos, integrais e parciais (50%), em instituições particulares de educação superior, em cursos de graduação e sequenciais a estudantes brasileiros sem diploma de nível superior.

Também vem sendo incentivado à exaustão a formação superior a distância, com pouco ou nenhum critério de avaliação acadêmica, sendo que a formação de professores para a educação básica já atinge cerca de 50% dos estudantes, dos quais 90% em instituições privadas de ensino (Sinopses/MEC, 2016). O governo atual, além de revelar seus interesses na privatização do ensino público, suspendeu todos os programas de bolsas de estudo em vigor no país nos últimos 30 anos. Além de contingenciar as verbas da educação e da pesquisa científica e reduzi-las em cerca de 40%, o Ministério da Educação propôs um programa, de nome Future-se, que pretende nada mais nada menos que a adesão integral das universidades públicas ao mercado, limitando a pesquisa científica – que receberá fundos para isso – exclusivamente aos interesses deste, e o grupo atual no governo tem o cinismo de argumentar que tal programa visa à “ampliação da relação entre universidade e sociedade”.

Na área educacional, os desmandos têm sido sistemáticos: o ensino médio, apesar das manifestações estudantis de 2014 e 2015 contra as mudanças propostas pelo Governo, quando estudantes secundaristas ocuparam escolas e reivindicaram o não fechamento de suas escolas e a não transferência de alunos e professores, o Governo Federal aprovou, por Medida Provisória, uma legislação (Lei nº 13.415/2017) que impôs um “novo ensino médio”, sem consulta às entidades científicas ou sindicatos, nem debates com as comunidades escolares. A nova proposta acaba com a concepção de formação geral comum do ensino médio como últi-

ma etapa da educação básica, reduzindo sua formação pela metade em disciplinas humanistas como filosofia, sociologia e artes – e até educação física – e propondo “opções” de aprofundamento de estudos e de formação profissional, experiência já realizada no Brasil nos anos 1970 e comprovadamente mal sucedida, pois nem formava o “técnico” de nível médio competente para o mercado, nem permitia uma boa formação geral. Na prática, como as escolas não têm condições de oferecê-las, porque mais de dois mil municípios não possuem o ensino médio, ou neles existe somente uma escola, esse “aprofundamento” poderá ser realizado por empresas privadas, sem experiência na área.

Inclusive está sendo realizado “acordo” com o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (Bird) para implementação dessa reforma nos estados, por meio de empréstimo realizado com o Banco Mundial, de 250 milhões de dólares. Entre as principais ações previstas estão: a formação de técnicos educacionais para adaptação dos currículos e elaboração dos itinerários formativos e o repasse de recursos para reprodução de material de apoio e para incentivar a implementação dos novos currículos. Além disso, os recursos servirão para capacitação de gestores e técnicos para o planejamento das mudanças; e a assistência técnica, apoiada pelo Banco, deverá oferecer serviços de consultoria especializados, “de alto nível”, para apoiar o Ministério da Educação e as secretarias estaduais. Ou seja, viabilizar a entrada de grupos privados na organização e implantação das mudanças que interessam a grupos externos do país.

Outra providência que o governo federal tomou foi a de autorizar, sem nenhum controle de qualidade, a possibilidade de instituições ministrarem os aprofundamentos de estudos sob a forma de ensino a distância. Ou seja, a introdução do ensino a distância, de baixa qualidade e improvisado, como solução para o não atendimento histórico da juventude e, agora, para jovens (pobres, naturalmente) desde os 15 anos de idade.

Além disso, a entrada de empresas privadas nas escolas públicas, vem se dando muitas vezes sem a empresa possuir experiência educacional significativa, mas mesmo assim ela pode atuar definindo currículos e formas de gestão empresarial “eficientes”. Isso tem estimulado que Organizações Sociais (OS) – forma elegante

de organização de empresas privadas para assumir políticas sociais com recursos públicos – se responsabilizem pelo comando das escolas públicas. Já há, inclusive, Projetos de Lei nos quais se propõe acabar com a garantia de estabilidade dos professores concursados, por meio de legislação que estimule a avaliação semestral destes e que, após algumas avaliações negativas (cerca de três) se possa dispensar o professor ou a professora de seu cargo ou função.

No Brasil e na América Latina, a influência das teses da Organização de Cooperação e de Desenvolvimento Econômico (OCDE) para a educação, em especial a das avaliações unificadas em nível nacional, vem ganhando espaço, com propaganda, na grande mídia, da importância e da oportunidade dos testes do PISA (Programme for International Student Assessment) como avaliador e referência externa do desempenho de estudantes no processo de ensino-aprendizagem.

No mês de maio de 2017, o Brasil oficializou seu pedido para fazer parte da OCDE, uma organização que afirma ter como objetivo “promover políticas que visem ao desenvolvimento econômico e o bem-estar social de pessoas por todo o mundo” (conforme seu *site*), mas que tem como condição de ingresso, em especial, mudanças em leis que regulam impostos e práticas de administração, que tenham a ver com o livre mercado.

Essa estratégia também tem servido para avaliar a atuação profissional dos professores, a partir dos resultados obtidos pelos alunos nas diferentes – e cada vez mais numerosas – avaliações unificadas, mesmo que não haja prova científica de relação direta entre os resultados obtidos pelos alunos nos testes nacionais e o desempenho dos professores. No Brasil, 11 dos 27 estados já possuem legislação estabelecendo gratificações salariais aos professores em função dos resultados positivos de seus alunos nos testes nacionais e internacionais. Em 2007, foi criado o Índice de Desenvolvimento da Educação (IDEB) pelo governo federal e estabelecidas metas quantitativas a serem atingidas por todos os municípios e estados, o que gerou, na prática, não a melhoria de ensino, mas a acusação na mídia da incompetência da escola pública, ratificando mais uma vez a importância da participação direta dos empresários nas escolas.

Para onde levam estas políticas?

Sem dúvida para a homogeneização cada vez maior de currículos e programas das escolas, deixando em segundo plano o estímulo à elaboração de projetos pedagógicos, pelas escolas, envolvendo a comunidade escolar. Na medida em que se colocam metas quantitativas predefinidas, é evidente que as comunidades e as escolas têm de dirigir todos os esforços para atingi-las, pois isso significa a possibilidade de conseguir recursos financeiros extra dos fundos públicos.

E como se consegue chegar à meta? Com o contrato de serviços por empresas privadas que se apresentam como capazes de garantir bons resultados nos testes nacionais ou estaduais, que homogeneizam os conteúdos e os materiais pedagógicos, que, porque são similares, permitem o “controle de qualidade” mais facilmente. No Brasil se conhece como compra de “sistemas de ensino”, a situação em que praticamente toda a orientação pedagógica e educacional das secretarias de educação são substituídas pelas orientações de empresas, que podem inclusive assumir o gerenciamento das escolas. Os professores que forem rebeldes e não seguirem os programas propostos, serão constrangidos pelos próprios colegas, porque as escolas também ganham – de forma coletiva – uma gratificação financeira pelo cumprimento da meta. Quem não obedecer, portanto, não é solidário, responsável ou competente.

Isto significa, em toda a América Latina, a revisão do conceito de gestão democrática como condição para a melhoria da qualidade do ensino. Para Paulo Freire, é a gestão democrática que gera a escola de qualidade social. Na nova concepção, gestão democrática deixa de considerar prioridade e prática democrática, o envolvimento criativo da comunidade escolar interna e externa discutindo seus problemas e buscando a elaboração de projetos coletivos para sua solução. O que interessa, agora, é o envolvimento que possibilite a contribuição financeira da comunidade e dos pais/mães para as necessidades das escolas, que contam com recursos cada vez menores, bem como a participação das famílias nos processos de controle da ação dos professores e das escolas, e não a participação da comunidade ajudando a construir o projeto educacional.

No Brasil foi elaborada, com o apoio de especialistas oriundos do Movimento Todos pela Educação – movimento originado por ação de grandes empresas, tais

como: Instituto Unibanco, Gerdau, Itaú Social, Fundação Bradesco, DPaschoal, Fundação Lemann, Instituto Votorantim, Instituto Natura, Fundação Telefônica/Vivo, dentre outras – perfeitamente entrosados com os (novos) interesses governamentais, uma Base Nacional Comum Curricular (BNCC). Parte do documento já divulgado especifica os conteúdos a serem ensinados por todas as escolas do país, baseados na Pedagogia das Competências – com definição de habilidades e competências para cada ano de estudo da educação infantil e do ensino fundamental, mesmo o Brasil sendo um país continente, com grande e rica diversidade regional, com histórias, experiências e projetos pedagógicos bastante diferenciados, inovadores e com bons resultados.

Paulo Freire – referência mundial para uma educação emancipatória

Paulo Freire foi um educador que se destacou, dentre outras razões, por sua teoria epistemológica sobre o diálogo enquanto processo de ensino-aprendizagem. Ele não o propôs como uma técnica de ensino motivacional para que os alunos falassem ou manifestassem suas dúvidas, uma vez que, para ele, era o diálogo que definia o verdadeiro processo de mediação e (re)construção do conhecimento.

No entanto, para que o diálogo possa se concretizar, há pressupostos que devem ser cumpridos. O primeiro deles é admitir que todos somos aprendizes. E que todos temos condições de ensinar e aprender. Isso implica, necessariamente, em humildade, amorosidade, respeito e interesse pelo outro.

Paulo Freire defendia que o direito de todos à educação, enquanto um direito de cidadania, só poderia ser realizado se, de fato, acreditarmos – e essa é uma opção política – que todos podem e têm o direito de aprender. Por isso a educação é um ato político, pois ela traduz e explicita sempre nossa opção de projeto social, de busca de igualdade e de solidariedade social. Ou não: pode traduzir individualismo, opressão e segmentação social. Por isso a formação teórica e prática de educadores é política. Não basta o professor/educador ser competente e ter uma sólida formação teórica – ainda que isso seja essencial – se ele não “amar” os seus alunos no sentido de humanização. Enquanto o preconceito de classe, racial, étnico,

de gênero perpassar as relações entre homens e mulheres, a educação não será libertadora.

Esta é a razão por que a obra de Freire é relacional, pois, para falar de diálogo, é preciso refletir sobre o processo de humanização, que implica a consciência da desumanização, gestada na violência, na injustiça, na exploração, na opressão. Homens e mulheres que percebem sua condição no mundo não como uma fatalidade, mas como fruto do processo histórico e que, a partir do processo de conscientização, tecido pelas relações dialógicas, passam a questionar o mundo, questionar as injustiças e a se perceberem inconclusos, passam a admitir que é possível reconstruir-se, refazer-se e conscientizar-se de sua vocação ontológica em “ser mais”. Sempre e cada dia mais!

O diálogo é a ferramenta propulsora para a construção do pensamento crítico. Freire dizia que este é um pensar que percebe a realidade como processo, que capta [a realidade] em constante devenir e não como algo estático. Não se dicotomiza a si mesmo na ação” (2009, p. 95). É o diálogo que nos faz questionar o mundo, problematizar o *status quo* e “desvelar a realidade”, e isso significa passar de uma percepção ingênua, para uma percepção crítica. Quando adquirimos essa clareza, passamos a atuar no mundo para transformá-lo

“O homem não pode participar ativamente na história, na sociedade, na transformação da realidade se não for ajudado a tomar consciência da sua própria capacidade para transformar [...]. Ninguém luta contra forças que não entende [...]. A realidade não pode ser modificada senão quando o homem descobre que é modificável e que ele o pode fazer. (FREIRE, 1977, p. 48)

Freire é também conhecido por ser um “educador da esperança”, uma vez que, por não acreditar em destino inexorável, propõe o diálogo; e o diálogo adquire a condição de gerar o movimento para a ação transformadora.

Quanto mais me deixe seduzir pela aceitação da morte da História tanto mais admito que a impossibilidade do amanhã diferente implica a eternidade do hoje neoliberal que aí está, e a permanência do hoje mata em mim a possibilidade de sonhar. Desproblematizando o tempo, a chamada morte da História decreta o imobilismo que nega o ser humano. (FREIRE, 2005, p. 44)

A dialogicidade é o início da libertação dos oprimidos, e é por isso que as escolas, e as escolas públicas em especial, instituições que devem ter o diálogo como práxis do seu cotidiano, sofrem cada vez mais o ataque de setores conservadores pretendendo silenciá-las, (re)estabelecer a hierarquia tradicional entre professor e aluno, estabelecer um controle dos conteúdos curriculares, esvaziar a função de órgãos de participação da comunidade, calar alunos e professores, impondo a obediência e a submissão como sinônimos do fazer competente. Pretendem, na verdade, despolitizar a educação.

O que pensaria Paulo Freire das políticas atuais?

Freire era radicalmente contra as propostas autoritárias e reguladoras, que estão sendo implantadas pelo governo brasileiro. Ele queria ver a escola pública cada vez mais autônoma, e não “amarrada” ao controle de gestores/administradores. Professores livres e criativos em suas práticas, comprometidos com os rumos e desafios da comunidade em que a escola está inserida e próximos aos seus alunos. E alunos, funcionários e comunidade propondo e experimentando os desejos e desafios coletivos da escola. A boniteza das escolas, como Paulo Freire chamava, envolvia esse clima de trabalho e de satisfação.

Precisamos contribuir para criar a escola que é aventura, que marcha, que não tem medo do risco, que recusa o imobilismo. A escola em que se pensa, em que se atua, em que se cria, em que se fala, em que se ama, se adivinha, a escola que apaixonadamente diz sim à VIDA. (FREIRE, 1996, p. 54)

Os projetos político-pedagógicos elaborados pelas escolas e defendidos por Freire como exercício democrático e fruto de diálogo coletivo, são “documentos-guia” para a ação das escolas, e devem traduzir o diagnóstico das dificuldades que cada escola enfrenta, nas suas condições de trabalho e nas condições de vida dos grupos sociais dos alunos que atende. É verdade que, em muitos casos, esses planos têm sido propostos em função de exigência dos órgãos de controle das secretarias de educação e esquecidos nas gavetas.

A burocratização das escolas tem dificultado que a criação humana faça parte do processo escolar, que a criatividade dos professores e dos alunos se manifestem nas suas práticas, de maneira mais explícita. Qualquer inovação ou mudança na rotina precisa ser autorizada antes que aconteça. Daí a necessidade da rebeldia, pois a criatividade coletiva precisa ser estimulada sempre, quando professores ou alunos descobrem algo sobre eles próprios e compartilham em sala de aula, onde as diferenças estão presentes e tornam professores e alunos diferentes entre si, com seus repertórios de vida, “misturados” às suas propostas e experiências educativas.

Se esse processo é impedido, o professor fica engessado a um único modo de fazer. E esse engessamento proposital pode se dar também porque o volume de “documentos” e relatórios que os professores devem preencher ocupa o tempo que ele teria para se dedicar a sua formação, a sua parcela de pesquisador. Freire considerava que todo professor e professora é por definição pesquisador, e isso constitui parte de seu processo de formação permanente, uma vez que “estudar” e cultivar a curiosidade epistemológica fazem parte de seu planejamento e reflexão. E é essa condição que permite ao professor e à professora recusar os materiais pré-fabricados e iguais para todas as turmas de alunos.

Para Freire, o processo de formação permanente tem importância singular na trajetória do professor-pesquisador. É ele que faz de seu processo formativo práxis social. Refletir, debater, dialogar com os colegas e a comunidade, voltar à sua prática, conhecer outros modos de atuação pedagógica, divergir, concordar, observar, manifestar-se, construir um espaço de confiança e de estudo com seus colegas e seus alunos precisam ser parte da dinâmica de sua ação pedagógica e do coletivo.

Falar de formação permanente não é simples. Para Freire, precisam ser dadas as condições administrativas e financeiras para que essa oportunidade aconteça, o que exige, dentre outras coisas, a adoção de uma jornada de trabalho que viabilize dedicação, na qual estejam previstas horas remuneradas para formação e para reflexão coletivas com o grupo escolar, para além das atividades em sala de aula, para que esses encontros sigam acontecendo permanentemente.

O que se observa, em geral, são formações burocráticas e descoladas do cotidiano do professor. Por conta desse distanciamento, há pouca participação, não gerando efeito de renovação e de aprimoramento dos professores, pois até as escolhas de horários e dos profissionais que as conduzem, são bastante inadequados. Isso faz com que os professores acabem entendendo ser este espaço de formação um “desperdício” de tempo, já que, feito dessa forma, não tem nenhuma utilidade na sua prática profissional, nem responde às suas dúvidas e inseguranças do trabalho cotidiano. Assim, sua parcela “pesquisador”, vai se estacionando, e o professor vai ficando isolado, contando e confiando apenas em si e na sua experiência, muitas vezes enrijecendo seu “que fazer”.

Além disso, a profissão de professor e de professora precisa ser valorizada, por meio de salários dignos, e não é isso o que acontece no Brasil, onde os salários são muito baixos e, em geral, professores ganham menos que qualquer outro profissional, com a mesma formação acadêmica. Isso tem obrigado que esses profissionais tenham dois ou três empregos, prejudicando, em consequência, a sua dedicação às atividades educacionais e incentivando, inclusive, que ele aceite as aulas “prontas” de apostilas que vêm sendo oferecidas em diferentes sistemas de ensino. A adesão a esses métodos não se dá por convicção, mas é fruto do cansaço físico e da exploração de seu trabalho.

Paulo Freire defendia condições dignas de trabalho para impedir essa cooptação dos professores contra seus alunos e contra a tarefa de ensinar-aprender. Por sua vez, os educandos precisam apoiar seus professores na luta pela possibilidade anunciada de um ensino de qualidade, como condição de cidadania e transformação social.

Se há algo que os educandos brasileiros precisam saber, desde a mais tenra idade, é que a luta em favor do respeito aos educadores e à educação inclui que a briga por salários menos imorais é um dever irrecusável e não só um direito deles. A luta dos professores em defesa de seus direitos e de sua dignidade deve ser entendida como um momento importante de sua prática docente, enquanto prática ética (FREIRE, 1996, p. 74).

A teimosia de professores e professoras de seguir educador, de contribuir para

novos tempos, com toda nova geração, de ser parte importante da formação humana de seus alunos, muitas vezes é o que faz com que não desistam da profissão. Uma das profissões menos valorizadas de nosso país, que pior remunera seus profissionais e menos investe em suas formações. É surpreendente que essa classe trabalhadora ainda resista e lute incansavelmente pela educação pública e de qualidade.

O legado de Freire está nesses educadores, e mais atual do que nunca, suas frases e seus livros são referências para esses profissionais, que se organizam em debates, que decidem e realizam greves, que questionam governos e que seguem coletivamente construindo alternativas humanizadoras. E ensinam, com sua coerência, a luta política.

O momento que o Brasil e a América Latina vivem é bastante grave, e se trata de disputas políticas que exigem clara posição ideológica, comprometida com um ou outro projeto de educação. A grande questão, portanto, é “a qual projeto de educação você serve?”

Se pretendemos a libertação dos homens não podemos começar por aliená-los ou mantê-los alienados. A libertação autêntica, que é a humanização em processo, não é uma coisa que se deposita nos homens. Não é uma palavra a mais, oca, mitificante. É práxis, que implica a ação e a reflexão dos homens sobre o mundo para transformá-lo. (FREIRE, 2005, p. 77)

Nessa disputa política, nem sempre a escola apresenta com clareza a qual projeto educativo ela serve. Um projeto de resistência, para sobreviver, precisa de defensores que invistam em diferentes estratégias que lhe sejam possíveis para existir. Muitos gestores estimulam a repetição e o “cumprimento das medidas” nas suas escolas por medo, por não terem tido, na sua formação, nenhuma informação e discussão sobre o caráter político da disputa na construção de uma sociedade mais solidária e inclusiva. Mesmo quando ele está tentando fazer diferente na sua escola. Freire sabia que a formação e o compromisso político eram o caminho que faria a diferença e que mais incomodaria os opressores. Por isso, ele investe tanto no debate sobre a qualidade da formação de professores, antevendo com preocupação a despolitização crescente dessa formação.

Neste momento dramático da educação pública brasileira, em que os desmandos se sucedem cotidianamente e o medo de não ser considerado competente quando seus alunos não atingem os resultados esperados coloca em pânico os professores, Freire se mobilizaria por saber da frágil formação teórica e prática dos professores, que tem permitido que estes aceitem se tornar apenas reprodutores de conteúdos e percam de seu horizonte a intencionalidade da tarefa do educador e da educadora para a humanização.

O processo de privatização da educação pressupõe e precisa da desqualificação do aligeiramento da formação dos professores para que eles se sintam inseguros, incompetentes, e assim gerar a falsa necessidade de consultorias especializadas, que lhes vão convencer de que o importante não é desenvolver o pensamento crítico, mas o “saber fazer” que lhes será ensinado por meio de um método rápido e simples de trabalho: a adoção dos sistemas apostilados de ensino, que engessam e inibem a atuação dos educadores, transformando-os em meros coadjuvantes no processo ensino-aprendizagem.

Esses sistemas apostilados de ensino são “pacotes” fechados, para serem reproduzidos nas salas de aula e que constituem uma esperta forma de controle da atuação cotidiana do professor e da professoras, permitindo, inclusive, por parte dos supervisores externos – os consultores privados –, uma intervenção localizada e imediata toda vez que um professor deixar de cumprir ou atrasar o “programa” estabelecido. Todos têm de fazer igual e seguir o mesmo modelo todos os dias, o que acaba gerando – se não houver reação coletiva – aceitação/alienação dessas situações-limite vividas pelos estudantes, professores e comunidades escolares. Essas estratégias de ensino, aos poucos, vão convencendo os diferentes grupos sociais envolvidos da sua eficiência – todos fazem iguais, e isso é “democrático” – e da inevitabilidade do *status quo* social de exploração das pessoas, e não de questionamento dessa realidade para poder se dispor a transformá-la.

O que Paulo Freire nos recomendaria?

Mesmo com todas as disputas políticas e lutas sociais que vêm sendo feitas,

neste momento temos de admitir que o programa do governo está avançando, seja pelo desestímulo à participação popular, pela suspensão de financiamentos para os movimentos culturais populares, pela perda de recursos para a pesquisa científica, para programas de saúde das mulheres, de LGBTs e de pessoas com deficiências, seja pela imposição da censura em atividades culturais, e até de filmes e exposições.

Enquanto isso, grupos empresariais negociam seus lucros com os governos, nas diferentes possibilidades que os direitos sociais e a educação e as escolas oferecem: cursos, consultorias, materiais pedagógicos, livros e apostilas. Não mais as escolas produzindo, criando seu próprio material, mas vindo prontos para serem seguidos, independentes da diversidade de interesses e histórias dos diferentes grupos de alunos presentes no país. Até em relação à merenda dos estudantes a ação desses grupos se faz sentir – direito garantido até agora e necessidade dos mais pobres, que comem, muitas vezes, exclusivamente na escola, uma vez que já há casos de cidades brasileiras que, para reduzir custos operacionais, estão mudando os horários das aulas para diminuir o número de alunos nos horários do lanche e das refeições. Isso é chamado de medida de “racionalidade funcional”. Outra proposta extravagante e que está em curso é que, com o suposto propósito de contribuir para o “fortalecimento de valores fundamentais para a formação da cidadania e o desenvolvimento dos alunos” de uma rede pública, foi estabelecido, no governo Temer, Termo de Cooperação entre o Exército e o governo para desenvolver o projeto “O Exército nas Escolas”, que vai levar atividades das Forças Armadas para estudantes de ensino médio. E até transferências sumárias de gerenciamento para o exército, com a militarização de escolas, uma vez que um dos programas do atual governo era criar 256 escolas militares, o que vem se dando pela transformação de escolas das redes estaduais em escolas sob a gerência dos militares.

Essas iniciativas são graves e expressam os retrocessos e o conservadorismo que vêm se instalando no Brasil e também na América Latina, mas, para além de perplexidade, não há só apatia. Os grupos e movimentos sociais vêm se reunindo, participando de debates, construindo alternativas de ação coletiva, resistindo, buscando consensos para um projeto de Nação, com a convicção freireana de que

É preciso ter esperança, mas ter esperança do verbo esperançar; porque tem gente que tem esperança do verbo esperar. E esperança do verbo esperar não é esperança, é espera. Esperançar é se levantar, esperançar é ir atrás, esperançar é construir, esperançar é não desistir! Esperançar é levar adiante, esperançar é juntar-se com outros para fazer de outro modo... (FREIRE 1996, p. 103)

O que Paulo Freire nos propõe é que sem luta não há mudança. E que a mudança desejada só se constituirá no inédito viável se nos dispusermos a enfrentar as situações que estão impedindo que ele se constitua. E esse processo não é individual. É coletivo. Só o coletivo construirá a sociedade democrática do amanhã. É povo na rua: contestando, protestando, conversando. Lembrando sempre que “ninguém luta contra forças que desconhece” e por isso tendo paciência histórica para conversar com cada um e cada uma que ainda não sabem que a exploração e a perda de direitos podem ser enfrentadas e superadas. Quem ainda não sabe que um novo amanhã é possível. Que ser diferente cada dia é possível.

Não há governo que resista a um povo que acredita no seu poder de luta, de transformação social e de resistência. Que acredita que a educação e a vida, podem ser construídas com respeito e alegria, mas também com muitas lutas, fazendo-se nas diferenças, alimentando-se das histórias dos homens e das mulheres que as vivenciam. Estamos juntos nesta luta de resistência humanista: negros, mulheres, crianças, idosos, indígenas, sem-terra, sem-teto, homossexuais, pobres, na luta por direitos iguais, por dignidade, a luta pelo fim da opressão dos povos oprimidos. A luta pela democracia ameaçada, mas também a esperança de um futuro menos injusto e mais solidário, que anima nossos sonhos e alimenta a utopia. E nada irrita mais os poderosos que homens e mulheres que sonham.

Por isso podemos afirmar, com Paulo Freire: A nossa convicção é a de que, quanto mais cedo comece o diálogo, mais revolução será. (2005, p.145).

À luta, pois! Viva Paulo Freire, patrono da educação brasileira!

Referências Bibliográficas

BRASIL. Ministério da Educação. INEP. Sinopse estatística do ensino superior – 2015. Brasília/DF. Disponível em: portal.inep.gov.br/sinopses-estatisticas-da-educacao-superior. Acesso em: 23 jul. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm. Acesso em: 20 jul. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Emenda Constitucional n. 95/2016. Altera o Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, para instituir o Novo Regime. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/emendas/emc/emc95.htm. Acesso em: 21 jul. 2017.

_____. Presidência da República. Casa Civil. Lei n. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. Conversão da Medida Provisória n. 746, de 2016. Altera as Leis n. 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, e 11.494, de 20 de junho 2007, que regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação, a Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, aprovada pelo Decreto-Lei n. 5.452, de 1º de maio de 1943, e o Decreto-Lei n. 236, de 28 de fevereiro de 1967; revoga a Lei n. 11.161, de 5 de agosto de 2005; e institui a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral. Disponível em: www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/L13415.htm. Acesso em: 21 jul. 2017.

CROSSO, Camilla; MAGALHÃES, Giovanna. Privatização da Educação na América Latina e no Caribe: tendências e riscos para os sistemas públicos de ensino. *Educ. Soc.*, Campinas, v. 37, nº. 134, p.17-33, jan.-mar., 2016.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 48 reimp. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

_____. *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1996.

_____. *Conscientização: teoria e prática da libertação. Uma Introdução ao pensamento de Paulo Freire*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.

IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística). Projeções e estimativas da população do Brasil e das Unidades da Federação. Brasília/DF; 2015. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/apps/populacao/projecao/>. Acesso em: 25 jul. 2017.

PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento). Relatório de Desenvolvimento Humano 2016 – Desenvolvimento para todos. 2017. Disponível em: www.br.undp.org/.../2017/.../pnud-lanca-relatorio-com-atualizacao-do-idh-brasil. Acesso em: 25 jul. 2017.